

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

N.º 3/2025/SRTAC

“Aquisição, em três lotes, de Serviços de Segurança / Vigilância dos Museus: Casa Museu Frederico de Freitas, Museu Quinta das Cruzes, Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente’s)”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

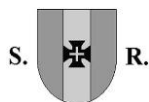
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação do concurso

1. O presente Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, adota a designação de *“Aquisição, em três lotes, de Serviços de Segurança / Vigilância dos Museus: Casa Museu Frederico de Freitas; Museu Quinta das Cruzes; Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente’s)”*, e tem por objeto a assegurar a segurança e a vigilância dos Museus identificados, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos e de acordo com os seguintes lotes:
 - **Lote 1:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância da Casa Museu Frederico de Freitas;
 - **Lote 2:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu Quinta das Cruzes;
 - **Lote 3:** Aquisição de Serviços de Segurança / Vigilância do Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente’s).
2. O objeto do presente procedimento insere-se na categoria de Serviços de Vigilância (CPV 79714000-2 Serviços de vigilância), conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira (RAM) através da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura (SRTAC) / Direção Regional da Cultura (DRC), sita à Avenida Arriaga, n.º 18, 9004-519 Funchal, Madeira, com o e-mail: aprovisionamento.srtac@madeira.gov.pt, com o site www.madeira.gov.pt/srtac, estando a utilizar a plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, de autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar e de escolha do presente procedimento é competência e foi tomada pelo Exmo. Senhor Secretário Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º e 38.º ambos do CCP e da alínea c) do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M, de 29 de julho (ORAM 2024), aplicável por força do artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 01 setembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Artigo 4.º

Identificação do procedimento e fundamento

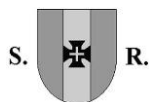
A escolha do presente procedimento, por concurso público, com publicidade internacional, foi efetuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5.º

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo

1. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.
2. O acesso à plataforma eletrónica AcinGov é gratuito. De forma a aceder à plataforma, os interessados deverão efetuar o seu registo no endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 6.º

Peças do Procedimento

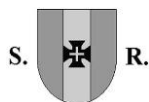
As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. A retificação das peças do procedimento e a decisão sobre erros ou omissões, identificados pelos interessados é da competência do órgão competente para a decisão de contratar, sendo os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso da competência do Júri do Procedimento.
2. No **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os interessados deverão enviar os seus pedidos através da plataforma eletrónica, disponível na plataforma eletrónica AcinGov.
4. A lista de erros e omissões a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
5. Até ao termo do **segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma AcinGov e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 8.º

Concorrentes

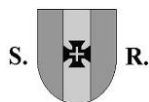
1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos de disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 14 de agosto, com remissão para o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Artigo 9.º

Modo e prazo de apresentação das propostas

1. Os concorrentes poderão apresentar propostas para **um ou mais lotes**.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deve ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma eletrónica acinGov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até à data e horas definidas no número seguinte.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

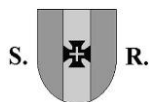
3. **As propostas devem dar entrada até às 23h59min. do 33.º (trigésimo terceiro) dia** a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.
4. O concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo, por isso, considerar-se tempestivamente apresentadas as propostas e quaisquer documentos com entrada depois da hora e data limites referidas no número anterior.
5. No caso de excessivo volume ou complexidade dos dados a serem submetidos, não for possível ao concorrente submeter os documentos ou ficheiros, pela plataforma eletrónica, os mesmos deverão dar entrada na Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, sita à Avenida Arriaga n.º 18, 9004-519, Funchal, até à data limite de apresentação das propostas e em horário de expediente, das 9h00 min às 12h30 min e das 14h00 min às 17h30 min, nos termos e em obediência ao disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.
6. A proposta deverá ainda ser apresentada nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados, individualmente, com recurso a certificados digitais qualificados de assinatura eletrónica qualificada próprios ou dos seus representantes legais.
8. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, nos termos do artigo 137.º do CCP.
9. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 10.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 11.º

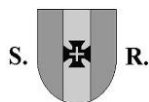
Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, em concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, pela seguinte ordem:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, que se encontra no seguinte sítio de internet: <http://www.base.gov.pt/Base/pt/DEUCP>;
 - b) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, caso o certificado digital, previsto no n.º 2 do artigo 9.º deste Programa de Procedimento, não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (caso aplicável);
 - c) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);

Para cada lote, deverá apresentar os seguintes documentos:

- d) **Preço: documento que contenha preço total máximo estimado e a lista de preços unitários, de acordo com o Anexo I ao presente programa de procedimento (Anexo I – Lote 1; Anexo I – Lote 2; Anexo I – Lote 3);**
 - e) Outros documentos considerados indispensáveis, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, desde que não contrariem o programa de procedimento e o caderno de encargos.
2. Aquando da submissão da proposta, o concorrente **deverá preencher na plataforma o formulário principal**, que é parte integrante da sua proposta, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. **A proposta e todos os documentos** que a constituem devem ser **assinados, individualmente, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, ainda que inseridos num único ficheiro, com recurso a certificados digitais qualificados com assinatura eletrónica qualificada**, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP devidamente conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Quando a proposta seja apresentada por um **agrupamento concorrente**, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados **individualmente**, ainda que inseridos num único ficheiro, pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes. A assinatura dos documentos, em qualquer dos casos, deve ser realizada com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP devidamente conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA e devem ser arredondados à 2.ª casa decimal.
6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em **língua portuguesa**.
9. Sem prejuízo das disposições legais e ou regulamentares aplicáveis e atinentes aos motivos de exclusão da proposta, constitui motivo de exclusão da proposta, nos termos conjugados da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º e do n.º 4 do artigo 132.º do CCP, a não supressão de irregularidades das propostas dos concorrentes por preterição de formalidades, solicitadas pelo júri do concurso em prazo definido, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 12.º

Inspecção do local

Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados/concorrentes poderão e deverão inspecionar os locais de execução dos serviços e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à boa e completa elaboração das suas propostas.

Artigo 13.º

Apresentação de propostas variantes

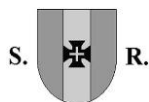
Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 120 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

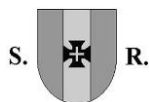
SECÇÃO IV – ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO

Artigo 15.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita **por Lote**.
2. **O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que será avaliado o preço.**
3. **Critério de desempate:** Caso duas ou mais propostas sejam ordenadas em primeiro lugar, as mesmas serão desempatadas, mediante a realização de uma sessão pública de sorteio, com extração de bolas numeradas, a decorrer nos seguintes termos:
 - a) Após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, o Júri promoverá um sorteio, a realizar em sessão pública, na Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas;
 - b) Os concorrentes, ou os seus representantes, que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
 - c) O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pelo Júri, devendo, para o efeito, remeter ao Júri uma declaração nesse sentido, até às 17h00 da véspera do dia do sorteio;
 - d) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes presentes;
 - e) O Presidente do Júri nomeará oficiosamente um representante *ad hoc* para cada um dos concorrentes que o solicitem nos termos da alínea c), o qual não poderá pertencer ao Júri;
 - f) Do sorteio:
 - f.1. Tratando-se de empate entre duas ou mais propostas, em que compareça (ou tenha solicitado a sua representação *ad hoc*) **apenas um** dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o(s) concorrente(s) que não compareceu(eram) posicionado(s) no(s) lugar(es) subsequente(s), aplicando-se, caso necessário, o previsto na alínea f.3;
 - f.2. Tratando-se de empate entre duas ou mais propostas, em que compareçam (ou tenham solicitado a sua representação) **mais do que um concorrente**:
 - i. O Presidente do Júri procederá à inserção das bolas numeradas sequencialmente, em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas dos concorrentes ali presentes/representados, com início no número 1, num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

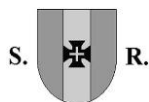
- ii. A ordem de retirada das bolas, ocorrerá, em conformidade com a ordem de receção das propostas;
 - iii. Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou ad hoc) extrairão uma bola do saco, sem olhar para o seu interior;
 - iv. Terminado o processo de extração das bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
 - v. O(s) concorrente(s) que não compareceu(eram) ficaram posicionado(s) nos lugares subsequentes, caso necessário, de acordo com o previsto na alínea f.3;
- f.3. Quantos aos demais concorrentes que não compareçam** (ou não tenham solicitado a sua representação), serão adotadas as seguintes condições para o sorteio:
- i. O Presidente do Júri nomeará oficiosamente os seus representantes para o efeito, e procederá à inserção das bolas numeradas sequencialmente, em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas, com início no número seguinte ao do(s) concorrente(s) que tenha(m) comparecido ou tenha(m) solicitado a sua representação, num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;
 - ii. O Presidente do Júri procederá à inserção das bolas numeradas sequencialmente, em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas dos concorrentes que não compareçam ou não tenham solicitado a sua representação;
 - iii. A ordem de retirada das bolas pelos representantes nomeados oficiosamente pelo Presidente do Júri, ocorrerá, em conformidade com a ordem de receção das propostas;
 - iv. Pela ordem apurada, os representantes dos concorrentes (nomeados oficiosamente pelo Júri para o efeito) extrairão uma bola do saco, devidamente numerada, sem olhar para o seu interior;
 - v. Terminado o processo de extração das bolas, os concorrentes ficarão classificados em conformidade com o número da bola extraída pelos seus representantes nomeados oficiosamente para o efeito.
- g) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação e outros

1. Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação:

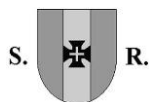




REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

- a) Declaração do **Anexo II** do programa de procedimento (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);
 - b) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) O adjudicatário, quando legalmente exigível, está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da RAM, através da apresentação dos seguintes documentos:
 - e.1. Última Declaração de Rendimentos - modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do anexo C, em relação ao último exercício económico, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - e.2. Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo 10 em relação ao último exercício económico) e DMR - Declaração Mensal de Remunerações relativo ao último mês a que respeita a obrigação da sua entrega;
 - e.3. Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES), relativamente ao último exercício económico;
 - e.4. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA;
 - e.5. Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do **Anexo III** do presente programa de procedimento (caso aplicável).
 - f) **Alvará para o exercício da atividade de segurança privada, emitido pelo Ministério da Administração Interna**, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua atual redação.
2. **Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:**
- a) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, acompanhadas da respetiva autorização, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP;





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

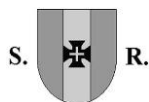
- b) Documento comprovativo de registo no Registo Central de beneficiário Efetivo (RCBE), ou o respetivo código de acesso.
3. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela mencionada Lei, **impede a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do artigo 87.º-A do CCP.**
4. As certidões referidas nas alíneas c) e d), poderão ser substituídas pela autorização/consentimento expresso do titular dos dados, nos sítios da Internet das declarações eletrónicas administrado pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira e do Serviço da Segurança Social Direta para o acesso eletrónico da SRTAC às mesmas. Para esse feito indica-se o NIPC da SRTAC n.º 671 000 527 e o NISS n.º 20007686799.
5. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma eletrónica AcinGov, ou, no caso da mesma se encontre indisponível, através do correio eletrónico: aprovisionamento.srtac@madeira.gov.pt.
6. A SRTAC pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
7. Os documentos de habilitação elaborados ou preenchidos pelo adjudicatário devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
9. Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a 5 (cinco) **dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas.
10. **Em caso de subcontratação**, e desde que autorizada pela entidade adjudicante, as entidades subcontratadas deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário.

Artigo 17.º

Caução

1. Se o preço contratual for igual ou superior a € 500.000,00 e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 2% do montante total do fornecimento/prestação de serviços, com exclusão do IVA.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10 % do preço contratual.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

3. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do artigo 90.º do CCP, conforme modelos constantes dos **Anexos IV e V** do presente Programa de Procedimento.
4. O adjudicatário deverá prestar caução no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da decisão de contratar, devendo comprovar essa prestação à SRTAC no dia imediatamente subsequente.
5. As assinaturas constantes da caução devem ser apresentadas devidamente reconhecidas.
6. As cauções prestadas pelo cocontratante podem ser executadas pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, previstas no n.º 1 do artigo 296.º do CCP.

SECÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18.º

Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à elaboração das propostas, redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 19.º

Prevalência

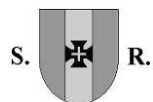
Nos termos do artigo 51.º do CCP, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Artigo 20.º

Regime supletivo

Em tudo o que não estiver expressamente consagrado aplicam-se as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, as quais, nos termos do respetivo artigo 51.º, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.



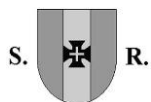


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

O SECRETÁRIO REGIONAL DE TURISMO AMBIENTE E CULTURA

(António Eduardo de Freitas Jesus)





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

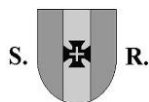
ANEXO I

LISTA DE PREÇOS

LOTE 1 – CASA MUSEU FREDERICO DE FREITAS

LOTE 1 Casa Museu Frederico de Freitas					
Ano (N.º de Meses Estimado)	N.º de Trabalhadores	N.º de Horas / Mês	Preço/Mês estimado S/ IVA	Preço Total Anual estimado S/ IVA	Taxa IVA aplicável ou indicação isenção
Ano de 2025 (4 Meses)	3	35 horas/mês		0,00 €	%
Ano de 2026 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2027 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2028 (8 Meses)				0,00 €	%
Valor total:				0,00 €	





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

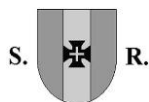
ANEXO I

LISTA DE PREÇOS

LOTE 2 – MUSEU QUINTA DAS CRUZES

LOTE 2 Museu Quinta das Cruzes					
Ano (N.º de Meses Estimado)	N.º de Trabalhadores	N.º de Horas / Mês	Preço/Mês estimado S/ IVA	Preço Total Anual estimado S/ IVA	Taxa IVA aplicável ou indicação isenção
Ano de 2025 (4 Meses)	4	35 horas/mês		0,00 €	%
Ano de 2026 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2027 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2028 (8 Meses)				0,00 €	%
Valor total:				0,00 €	





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

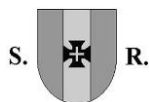
ANEXO I

LISTA DE PREÇOS

LOTE 3 – MUSEU DE FOTOGRAFIA DA MADEIRA
(ATELIER VICENTE'S)

LOTE 3 Museu de Fotografia da Madeira (Atelier Vicente's)					
Ano (N.º de Meses Estimado)	N.º de Trabalhadores	N.º de Horas / Mês	Preço/Mês estimado S/ IVA	Preço Total Anual estimado S/ IVA	Taxa IVA aplicável ou indicação isenção
Ano de 2025 (4 Meses)	3	35 horas/mês		0,00 €	%
Ano de 2026 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2027 (12 Meses)				0,00 €	%
Ano de 2028 (8 Meses)				0,00 €	%
Valor total:				0,00 €	





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

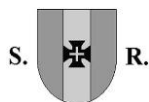
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO
(caso aplicável)

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira:

- ☐ Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira; (3)
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10); (3)
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (DMR); (3)
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); (3)
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica. (3)

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

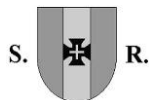
(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

ANEXO IV

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO
EM DINHEIRO / TÍTULOS

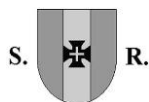
Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____
(sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e
por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para
_____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos
Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o
respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE TURISMO, AMBIENTE E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL

ANEXO V

MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA
/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, pelo presente documento, prestar, a favor da Secretaria Regional de Turismo, Ambiente e Cultura, uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos números 6, 7 e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

